

Sobre o acesso à formação psicanalítica

Adriana Simões Marino,¹ São Paulo
Augusto Ribeiro Coaracy Neto,² São Paulo
Érico Andrade,³ Recife

Resumo: Neste trabalho, os autores buscam elencar alguns pontos sobre o tema da ampliação do acesso à formação psicanalítica, tendo como disparador a recente proposta de uma graduação em psicanálise numa instituição privada de ensino superior no país. Abordam o lastro elitista da psicanálise como brecha para iniciativas oportunistas atuais, que visam se apropriar da psicanálise no bojo de um mercado de ensino. Ressaltam que o tripé a ser contemplado na formação psicanalítica envolve o pagamento em dinheiro e, dessa forma, assinalam a importância de políticas de acesso e permanência nos tradicionais espaços de formação e iniciativas de tratamento público. Numa lógica interseccional, trabalham questões em torno das desigualdades de classe social, além dos entraves em termos de linguagem, da implicação subjetiva e da crença em torno da universalização de uma terapia como forma de produção de saúde mental pública.

Palavras-chave: acesso, elitismo, formação psicanalítica, mercado de ensino

Introdução

Este trabalho se inscreve no intenso debate sobre o acesso à formação psicanalítica, espreado atualmente pela criação do bacharelado em psicanálise no país. Enquanto as discussões em torno da ampliação do acesso podem ser lastreadas nos primórdios da psicanálise, aos menos desde 1918, quando o seu

- 1 Psicóloga. Psicanalista. Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Membro do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt e do Fórum do Campo Laciano de São Paulo (FCL-SP).
- 2 Psicanalista no Instituto Gerar de Psicanálise. Doutorando no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Membro do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.
- 3 Psicanalista. Filósofo. Professor de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

fundador se referiu a ela como um direito da população (Freud, 1919/2010), o mesmo não se pode dizer da oferta de graduação em uma instituição de ensino superior privada – proposta marcada pelo cerceamento do Estado, condenado pelo mesmo autor (Freud, 1926/2014).

É possível notar que os temas da ampliação do acesso e da oferta de uma graduação em nível superior paga não apresentam, cada qual em seus termos, nenhuma afinidade ou consequência lógica elementar. No entanto, a segunda pôs fogo no parquinho da primeira, e o alvoroço pode servir como gesto acusatório reativo, que arrisca perder legitimidade se não atentar aos próprios pés. A metáfora aqui serve aos objetivos deste trabalho, que, sem pretender retomar todos os argumentos desenvolvidos e sustentados pelo movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras (Alberti et al., 2009), visa chamar a atenção para alguns entraves presentes no tema do acesso à formação psicanalítica. De maneira mais geral, as reivindicações condizem com uma democratização no campo – especialmente em função do lastro elitista dessa formação. Como noutras searas, temos acompanhado diferentes apropriações e disputas discursivas sobre o que pode ser democratizar também no campo da psicanálise.

Sejamos mais específicos(as) em delimitar nossos objetivos e evitar a produção de aforismos. Por formação psicanalítica queremos dizer que análise pessoal, supervisão e formação teórica contínuas são três eixos que implicam mediações pelo pagamento em dinheiro, mesmo que com valores mais ou menos variáveis e determinados singularmente. Disso se segue que um novo dispositivo de formação pago, como uma graduação ou uma pós-graduação, não reduzirá desigualdades e, portanto, nada tocará nas restrições promovidas pelo recorte de classe social. Talvez seja essa a contradição mais evidente entre o acesso e um bacharelado privado em psicanálise. Por esse motivo, os elementos que trazemos para abordar o tema não nos deixam enganar sobre a justificativa maior proferida pela coordenação do bacharelado da Uninter, a saber: a de supostamente querer democratizar a psicanálise, ampliando seu acesso à população.

Mesmo que de maneira não confessada, encontramos o repisado solo de nossos tempos, ou seja, um pouco mais do mesmo interesse econômico-financeiro infiltrado no setor educacional, fenômeno acentuado nos últimos 15 anos, desde que as instituições de ensino superior abriram seus capitais na bolsa de valores (Trindade, 2022). Com a Uninter não foi diferente. Prevalece o interesse de mercantilizar o que é vendável como um ensino-produto, apropriando-se, nesse caso, de certo prestígio contido no nome da psicanálise, prestígio esse igualmente elitista. Aqui, amoedar passa longe da libido, colonizando o desejo na esfera massificante das ações de investimento financeiro nos mercados globais – abordagem do valor e da troca em que a psicanálise

pode servir como diferença ou resistência, uma vez que a clínica pode ser uma forma de produção singular do valor.

A provocação para esta escrita teve início no contato realizado pela coordenadora do bacharelado da Uninter, a qual, afirmando não ser psicanalista, mas psicóloga, gostaria de saber o que nós pensávamos sobre a proposta da graduação em psicanálise. O contato foi feito com Adriana Simões Marino, uma das autoras, tendo em vista o seu trabalho sobre a psicanálise nas políticas sociais públicas (Marino, 2020). As mensagens da coordenação empregavam maciçamente o jargão usado por trabalhadores(as) do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando que a graduação se destinava a democratizar a psicanálise. Paralelamente a essa conversa, outras interlocuções e incômodos se deram e, na esteira das discussões apresentadas em diversas publicações no país, começaram os diálogos para a escrita deste texto.

Mercado das formações

O debate sobre a formação em psicanálise parece não poder mais se esquivar daquilo que é capaz de conferir à formação um caráter mais democrático. Isso, contudo, não passa necessariamente pelo debate a respeito de um curso de graduação em psicanálise. É preciso dizer que mais uma graduação não implica ampliação do acesso ao ensino superior, o que é especialmente complexo quando falamos de cursos pagos em instituições privadas de ensino, que se multiplicam no contexto de um flagrante sucateamento do ensino público e de qualidade.

A desigualdade brasileira entre classes sociais toca bem nesse ponto, pois não ter ou ter pouco dinheiro dificulta e mesmo impede o acesso a diferentes modalidades de estudo. Oportunizar o acesso, desde o ensino infantil até a pós-graduação, passa por transformações radicais de nossas estruturas sociais, por meio de políticas públicas que afirmem e garantam equidade, contemplando, inclusive, políticas de permanência.

Sabemos ainda que um ensino remoto, como proposto pela Uninter, esbarra numa série de dificuldades, como desníveis no acesso às tecnologias e no seu manejo, e a falta de uma dimensão corporal nas relações interpessoais. São fatores que incidem, especialmente, sobre os laços sociais com os quais nos formamos também como psicanalistas e que só podem acontecer de modo pleno presencialmente. Além disso, os dispositivos de ensino online são apenas um dos dispositivos de aprendizagem, quando bem aproveitados, mas não substituem outros tantos recursos, que são mais eficazes e eficientes – parâmetros importantes quando falamos de políticas públicas no setor da educação.

Pudemos verificar os prejuízos dos dispositivos online, enquanto ferramenta única disponível, para manter nossas formações durante a pandemia de covid-19. Foram perdas no próprio estabelecimento dos laços sociais que contribuem para a aprendizagem e que também são uma condição de promoção da saúde mental. O online evidenciou, ainda mais, os abismos do nosso recorte de classe, fundamentalmente entre aqueles(as) que têm condições de acessibilidade e manejo tecnológico e uma maioria que não tem essas condições.

Nesse assunto, deturpa-se a questão da eficiência, pois o menor custo não é acompanhado de qualquer benefício qualitativo à formação e à produção de conhecimentos – portanto, não traz benefícios à sociedade. No entanto, sabemos que cursos disponíveis pela internet são absolutamente lucrativos para quem os oferece, pois se reduz o que é entendido como gasto em infraestrutura, contratação e remuneração de pessoas.

Então, consideramos o seguinte: 1) cursos de formação, em qualquer nível, devem privilegiar a presença física nos espaços de formação; 2) é preciso um investimento significativo das instituições de ensino para viabilizar o acesso e a permanência na formação por meio de políticas afirmativas; 3) a educação é um valor dotado de ampla função social e, desse modo, não deve ser objeto do mercado, ou seja, uma mercadoria. Infelizmente, o atual “Estado” das coisas não tem feito frente à mercantilização do ensino, e parte da população tem comprado essa ideia. Seguiremos colhendo os frutos da exploração e manutenção de um país submetido à constante condição peculiar de desenvolvimento, isto é, subalternizado e colonizado?

Tempo de formação e elitismo

Uma dificuldade adicional a um bacharelado em psicanálise é que parece haver uma desconsideração consensual no meio psicanalítico, acertadamente sublinhada pelo movimento Articulação: o fato de a formação em psicanálise se realizar num tempo que não pode ser predeterminado ou previsto, como se determina o cumprimento de certo número de disciplinas para a colação de grau numa graduação. É por isso também que, desde Freud, dispositivos de formação rigorosos e comprometidos com a teoria psicanalítica não oferecem diploma de psicanalista em seus cursos.

A formação em psicanálise se coloca, portanto, em outro plano. Mas isso não a isenta, como pretendemos mostrar agora, de se ocupar do espaço vazio que o bacharelado deseja tomar, incorrendo não apenas em certa forma de elitismo como num descompasso claro com as bases da formação em psicanálise. Como hipótese, talvez seja no vazio de uma formação mais acessível, e desse modo mais efetivamente democrática da psicanálise, que propostas

duvidosas emergem enquanto falsas alternativas a um problema histórico no campo psicanalítico e mesmo fora, a desigualdade social. Afinal, como dissemos anteriormente, há impasses no acesso a diferentes modalidades de ensino, não sendo uma exclusividade da formação psicanalítica.

Com efeito, é importante sublinhar que a questão referente à ampliação do acesso à psicanálise não é uma novidade – o que, aliás, indica também uma dificuldade no Brasil de lidarmos com as nossas diferenças e desigualdades. Ora, foi o criador da psicanálise quem primeiro abordou o assunto de modo público em 1918, durante o 5º Congresso Internacional de Psicanálise (Freud, 1919/2010). Desde então, iniciativas foram realizadas em torno da ampliação do acesso, várias tentativas, nem sempre bem-sucedidas, e se cá estamos discutindo esse tema é sinal de que ainda temos uma longa estrada para tornar a psicanálise algo mais espreado a todas as classes sociais – entendendo o recorte de classe como uma base do problema.

Foi sobretudo com o livro de Danto (2019) sobre as clínicas públicas de Freud que tivemos a confirmação do desejo freudiano de consolidar, a seu modo, uma ampliação mais radical da psicanálise. Essa obra exclui qualquer discurso que sustente uma psicanálise feita para poucos, não obstante a história dessas investidas ter sido recalcada nos tradicionais livros de história da psicanálise. Além disso, cabe ressaltar que a história da psicanálise no Brasil é marcada pelas mesmas dificuldades que nos atravessam enquanto sociedade e que persistem nos diferentes setores que a compõem: racismo, misoginia, um complexo de vira-lata com relação aos modos imperialistas e aos saberes europeus, bem como o que estivemos enfatizando sobre desigualdade social.

Desse modo, pensamos ser preciso ampliar e garantir as condições de acesso a um tratamento psicanalítico e também de permanência na formação continuada. Essas condições passariam por um elemento mínimo, que é a necessidade de políticas afirmativas mais robustas nas instituições de formação psicanalítica. Vale lembrar que estas só começaram tardiamente nas instituições mais tradicionais de psicanálise. O primeiro vestibular com cotas raciais, por exemplo, aconteceu em 2004, na Universidade de Brasília, e somente nos últimos anos as instituições de psicanálise mais tradicionais estão procurando se abrir para isso.

Linguagem e lugar de transmissão

O tema da ampliação do acesso à psicanálise também passa pelo problema de seu ensino e transmissão. Isso considerando que nossas formas de falar são atravessadas pela linguagem formal, típica das formações acadêmicas. Acesso também é uma questão de linguagem, de apresentação discursiva,

pois, ainda que falemos um mesmo idioma, o português, a formação pode ser atravessada por entraves em termos da apropriação de uma linguagem que distingue entre uma variante considerada formal, culta, e outra, considerada de menor reconhecimento pelo imaginário social, a popular.

Apesar de não se tratar de entraves de linguagem exclusivos do campo analítico, na medida em que também estão presentes no aprendizado de outras áreas do conhecimento, a reprodução de certa pompa de extração europeia é um traço comum nos ambientes de formação analítica. Em outros termos, queremos sinalizar: “Menos *champagne*, mais cachaça!”

Quando Lélia Gonzalez (1984) nos fala sobre o “pretuguês”, ela nos dá notícia de como as nossas formas de falar são colonizadas. Manter a pompa como normalidade e regra naturalizada é cultivar uma língua de poucos, embranquecida. O próprio texto da obra dessa autora mostra uma apresentação discursiva tão profunda e mobilizante quanto rigorosa, sem precisar de floreios e rococós. É ela quem diz que o pretuguês é uma constante rasteira na suposta hegemonia branca da linguagem, visto que a linguagem é constituinte da neurose cultural brasileira, marcada pelo racismo – e o pretuguês não cessa de retornar no dizer, lembrando que o racismo não passa em branco, sem resistência.

Assim, entendemos que, para pensarmos processos democráticos, precisamos considerar uma psicanálise feita no Brasil. Nesse ponto, estudos sobre interseccionalidades de gênero, raça e classe devem compor uma psicanálise feita e pensada no Brasil, o que vem sendo realizado apesar do atraso por parte de diversas instituições. Várias autoras, entre elas Lélia Gonzalez, embora sem utilizar termos como interseccionalidade, já praticavam um pensamento e uma movimentação no meio psicanalítico que contemplavam as diferenças de gênero, raça e classe. Desse modo, dado todo o lastro histórico que temos, até na psicanálise, não é mais justificável as mesmas ou novas propostas de formação desconsiderarem marcadores sociais que causam opressão social, inclusive os languageiros.

Por isso, pensamos ser mais proveitoso para o debate pautar o referido ranço histórico do elitismo na psicanálise. Podemos considerar pelo menos dois aspectos mais ou menos relacionados. O primeiro diz respeito à história da inserção da psicanálise no Brasil, as primeiras instituições e os(as) primeiros(as) analistas, que tanto pertenciam quanto mantiveram um legado classista e branco. O segundo aspecto trata de uma crítica a certas instituições, associações, escolas ou grupos que propõem formações em que encontramos um ponto insistentemente não democrático. Esse ponto se refere aos lugares de ensino e transmissão com pouca ou nenhuma circulação.

Lugares de ensino e transmissão podem encarnar lugares de poder e reproduzir condições nas quais diferenças desembocam em desigualdades. Daí que, enquanto os espaços de formação não atentarem para isso, fazendo

circular lugares de ensino e transmissão, teremos a cada velho ou novo espaço de formação os mesmos ou novos “uns” ou “umas” supostamente detentores(as) do saber psicanalítico. Na nossa percepção e escuta, esse tem sido um problema central, que revela vaidades que poderiam ser mais bem tratadas coletivamente e que produz experiências negativas em espaços de formação pouco ou nada arejados.

Assim, a crítica à proposta do bacharelado, como uma espécie de inimigo comum, está longe de afirmar, genericamente, que as tradicionais instituições de formação comportam uma lógica coletiva de camaradagem entre analistas decididos(as), ou mesmo transferências de trabalho porosas o bastante para fazer a psicanálise avançar. Bem ao contrário, as instituições de psicanálise comportam circuitos endogâmicos e privativos de transferência. Os(as) analistas supostos detentores de saber, que professam habilmente a língua de Lacan, Freud e outros(as) autores(as), centralizam inúmeras transferências de supervisão, ensino e análise. Parecem encarnar o próprio tripé de formação em si com um mesmo grupo, para o qual a instituição pode ser palco ou palanque. Sem contar tantos(as) que fazem um bom trabalho de marketing de si e, por fora das instituições, arrebanham muitos seguidores(as), sendo supervisores(as), analistas e professores(as) a um só tempo. Não seria interessante, para espriar e circular transferências, para arejar a linguagem, que os diversos pontos do tripé de formação pudessem circular entre instituições, coletivos e territórios?

Trabalho, renda e terapia

Outro aspecto que gostaríamos de abordar diz respeito à captura da formação pelo mercado da oferta de serviços. Afinal, temos no país uma maioria de trabalhadoras(es) composta pela informalidade – dos tramos esporádicos às diferentes modalidades de trabalho autônomo, os fenômenos da pejetização e da terceirização, e o crescente trabalho sob demanda da uberização. O Brasil ainda ocupa o quarto lugar de desemprego em um ranking com outros 44 países (Alvarenga, 2021). Soma-se a isso a presença de trabalhos análogos à escravidão e assalariados na condição do salário de fome. Nesse cenário, pensamos ser razoável que a psicanálise se configure como oportunidade de trabalho, sobretudo após a experiência de ampliação do atendimento online durante a pandemia – o que pode fazer crer se tratar de um trabalho menos oneroso e com alta demanda.

Nesse cenário, temos nos deparado com pessoas que não encontraram na psicanálise, necessariamente, algum alívio, tratamento ou mesmo cura para seus sofrimentos. Nos últimos anos, pré (e pós?) pandêmicos, pessoas têm

buscado analistas para *serem* psicanalistas. Talvez não seja o caso – ou não somente – de uma hipsterização da psicanálise, popularização que pode ser lida na chave da ampliação de seu discurso na cultura, especialmente centrada em figuras do sudeste do país. A questão aqui pode resvalar para o mercado das terapias, sejam quais forem, desde que ensejem uma oportunidade de trabalho, com geração de renda, uma forma de sustento ou mesmo lucro, e uma forma de reconhecimento social.

Além disso, a ideia de ampliar o acesso à psicanálise – conforme o jargão usado pela coordenação da Uninter e como transposição da concepção de universalidade presente no SUS – pode nos levar à crença de que todas as pessoas seriam beneficiadas se fizessem terapia, qualquer uma, inclusive uma de tipo psicanalítico. Nessas horas, lembramos aquele famigerado senhor, o tio do pavê (que representa aqui o parente inconveniente que sempre encontramos nas festas de fim de ano, um sem-noção, que faz piadas sem graça e trocadilhos manjados),⁴ que viveu muito bem a sua vida sem fazer terapia. O argumento da coordenadora transmite a ideia de que o que falta aos equipamentos do SUS são psicanalistas, deixando de lado o sucateamento promovido pela ausência de concursos públicos, as precárias condições de trabalho e a redução de equipes em razão dos interesses no mercado da saúde gerido pelas Organizações Sociais de Saúde (OSS).

Há multiplicidade em termos de perspectivas quando falamos em estratégias de cuidado de si e cuidados coletivos, como eixos centrais na reflexão sobre saúde mental e atenção psicossocial em um país tão diverso como o nosso. Desse modo, digamos uma obviedade: a psicanálise, em suas diferentes orientações teóricas, não se constitui como estratégia única para configurar uma política pública de saúde mental. Aqui, cabe lembrar que já existem estratégias eficazes e eficientes que envolvem o que temos disposto pelo SUS e por outros dispositivos intersetoriais – inclusive estratégias historicamente compostas por psicanalistas. O problema, outra obviedade, é a nossa histórica falta de investimentos e o conseqüente aumento da precarização nos mais variados setores das políticas sociais públicas, especialmente por serem considerados gastos, e não investimentos orientados para o desenvolvimento socioeconômico (Sen, 2010).

A ideia de ampliar o acesso à psicanálise, como quis Freud (1919/2010) ao se referir a ela como um direito, aponta uma possível contradição com a questão da análise leiga por ele mesmo defendida (Freud, 1926/2014). Vale dizer que Freud apresentou a ideia de direito em um contexto bem distante da judicialização da vida que encontramos atualmente. Além disso, ele desejava que a psicanálise fosse reconhecida pela cultura de seu tempo. Então, apesar

4 Essa figura popular representa um ponto de vista dos(as) autores(as) deste texto.

de Freud ter advogado a psicanálise como um direito, também advogou que a psicanálise não devia ser uma profissão regulamentada pelo Estado, sustentando a importância da análise leiga, ou seja, uma formação não exclusiva a uma graduação prévia específica. Aspirar à sua garantia como um direito formal implicaria sua tutela pelo Estado (Marino, 2020).

Acontece que Freud quis muito que a psicanálise fosse reconhecida no meio médico e científico de sua época. Além disso, afirmava que os parâmetros para pensar a formação psicanalítica não estão em conformidade com as bases das nossas formações tradicionais em universidades e faculdades. A formação em psicanálise envolve outros critérios, que não são pautados em termos de uma burocracia universitária, mas sim na análise pessoal, com supervisões clínicas e uma formação teórica contínua em uma comunidade de analistas dedicadas(os) ao ensino e à transmissão da psicanálise.

Aliás, com a proposta do bacharelado, cabe um questionamento sobre o que seria a autorização para uma prática clínica que não incorresse em uma forma de psicoterapia que, no nosso país, está lastreada pelas formações da psicologia e da medicina. Nesse sentido, perguntamos se uma prática clínica autorizada por um diploma de bacharel em psicanálise, dada a sua impossibilidade, não incorreria no exercício ilegal daquelas profissões. Não se tratando de psicanálise nem de psicoterapia, o resultado de uma graduação em psicanálise redundaria em um tipo de terapia alternativa?

As formações em psicanálise exigem uma graduação em nível superior prévia. Eis um ponto que precisa ser questionado: a exigência de um diploma em nível superior para daí poder tornar-se um candidato a autorizar-se psicanalista. É um argumento formal e elitista, se tomarmos tudo o que dissemos. Fazer uma formação continuada já consiste em privilégio, especialmente no Brasil. Ademais, não há continuidade epistemológica em nenhum curso de nível superior com a psicanálise, muito embora seja importante na formação de um(a) psicanalista que este(a) seja interpelado(a) pela cultura, que não esteja politicamente alienado(a), entre outras coisas (que não há garantia que um curso superior possa oferecer, infelizmente).

Soma-se ao questionamento o fato de não termos propostas de graduação em psicodrama, Gestalt, análise do comportamento, nem em outras abordagens psicoterapêuticas. Afinal, o que pode motivar uma graduação em psicanálise se não habilitar psicanalistas nem psicoterapeutas? Quando terminamos, por exemplo, uma graduação em psicologia, não saímos dali dizendo que somos psicodramatistas, gestaltistas, analistas do comportamento nem psicanalistas. Essas formações são continuadas e posteriores a uma graduação, mas desde o início atravessadas pelas dificuldades materiais de permanência no processo formativo, até a possibilidade de encarar isso enquanto profissão e ofício, o que não é garantia de retorno financeiro. Essas dificuldades, que

apontam para além de uma meritocracia do desejo de formar-se psicanalista (Veloso, 2022), ou o que for, estão entrelaçadas às condições históricas e materiais de reprodução das segregações e do elitismo no Brasil, com destaque para o racismo.

Podemos ver essa meritocracia de forma abundante no discurso de Antonio Quinet na live *A formação em psicanálise: democratizar não é mercantilizar* (Psicanalistas Unidos pela Democracia, 2022), quando ele assevera que os dispositivos do passe e do cartel – elementos centrais da formação em psicanálise na escola de Lacan – seriam gratuitos, o que por si só faria a psicanálise democrática.⁵ Ora, recitar os fundamentos clínicos e epistemológicos que guiam o cartel e o passe, os quais são relevantes, mas indicar que isso tudo seria gratuito, e portanto que a psicanálise já seria democrática, é um modo grosseiro de apagar o custo e a materialidade de um processo contínuo de formação, ainda mais tendo em vista as diferenças de classe brasileiras. Ainda bem que essa não foi a única opinião presente na live, e que a psicanalista Ana Carolina Leão Martins, do coletivo Margem Psicanálise, de Fortaleza/CE, pôde trazer questionamentos que estão muito em linha com o que apresentamos aqui.

Disso se depreende o seguinte: 1) as formações em psicanálise não se oferecem como um tradicional grau escolar; 2) elas não são convencionadas tendo como base o programa de uma instituição de ensino superior; 3) pensar o acesso e a permanência das pessoas na formação em psicanálise implica considerar o atual estágio de empobrecimento da população e de precarização dos trabalhadores, que incide de maneira ainda mais violenta de acordo com o gênero e a raça. Além disso, cabe dizer, o tio do pavê segue sua vida indiferente a essas questões.

Acesso à formação continuada

Um(a) psicanalista desempenha uma função – a de psicanalisar – calcada numa posição resultante de transformações psíquicas que uma experiência de análise pode proporcionar. Se a base dessa formação é aquela oriunda do processo de uma análise, então esse é o primeiro ponto a ser discutido seriamente quando falamos em ampliar seu acesso. Trata-se de uma formação que implica um percurso com o próprio inconsciente:

O analista se forma fazendo da própria subjetividade objeto de investigação. A psicanálise não é uma disciplina ou um conjunto de procedimentos que mantém uma relação de exterioridade com o sujeito que a pratica. A escuta do inconsciente

5 Cabe observar que o cartel implica, pelo menos, deslocamentos, como andar pela cidade e fazer viagens, o que não é gratuito.

deve ser pensada inicialmente em si mesma, e há um trabalho para saber o que compromete a mobilidade psíquica do sujeito. O analista se faz à medida que se reconhece efeito de seus desejos, de suas fantasias e de seus processos inconscientes. (Ferreira, 2019, p. 55)

Isso no bojo de uma análise. Daí a importância de as formações pensarem a relação com o dinheiro conforme as idiosincrasias de cada um(a) e não imporem a prerrogativa do dinheiro para um tratamento psicanalítico, a exemplo do que ocorre nas iniciativas das clínicas abertas, públicas, marginais e de borda em diferentes territórios do país.

Democracia não se traduz em um sentido único no senso comum nem em filosofia política. Pensamos, juntamente com tantos(as) outros(as), que democracia implica um processo e que, para o caso que nos interessa aqui, primeiramente temos de falar sobre acesso a um tratamento. Ampliar a perspectiva desse acesso, como vimos, não é uma novidade. Então, tenhamos em mente que a ideia de democratizar a psicanálise não se reduz à oferta de mais uma modalidade de curso pago qualquer, nem com novos(as) ou distintos(as) “uns(umas)” a ocupar lugares de transmissão e ensino. É necessário ampliar e garantir condições a um tratamento psicanalítico e também à formação continuada.

Quanto a isso, uma palavra: é preciso que as instituições de formação psicanalítica se dediquem a implementar e mesmo a garantir políticas de cotas, para ontem e com ampla divulgação; é preciso que o pensar sobre as cotas seja o primeiro de vários passos a serem dados, pois o caráter incalculável e cheio de contingências de uma formação continuada, que implica subjetivamente o inconsciente, requer ter a permanência de uma base material para tanto. Ou seja, até que a psicanálise possa ser um ofício que dê condições para a inserção na selvageria mercadológica sob os ares de uma profissão, a desigualdade social e o dinheiro, ou a falta dele, devem ser assuntos institucionais, coletivos, a serem tratados com abertura e disponibilidade. E esse tratamento, como dissemos, é também um tratamento da linguagem. Em outras palavras, queremos dizer que não vale mais afirmar “Deve-se bancar o desejo” ou o famigerado “Leve isso pra sua análise!”.

Coletivos de psicanálise em espaços públicos já estabeleceram compromissos quanto ao acesso à formação continuada em diversas cidades e territórios do Brasil – desde análises e propostas de formação sem pagamento em dinheiro até aquelas intermediadas pelo dinheiro pensadas no um(a) a um(a) e políticas afirmativas –, a exemplo do Espaço Mutabis, no projeto Psicanálise na Praça Roosevelt, e da Rede de Escutas Marginais (REM), ligada ao Margens Clínicas, em São Paulo. A composição heterogênea de espaços públicos de clínica e de formação em psicanálise, não restringindo a discussão e a clínica do inconsciente ao consultório particular, é um dos movimentos atuais que

pode fazer circular as inquietações causadas pelo reconhecimento do quão excludente e elitista é esse atraso, típico das maiores instituições, em pensar o acesso à psicanálise.

Canetada

Seria no mínimo curioso se, avançando nesses pontos tão fundamentais para um processo que se ocupe de ampliar o acesso, quiséssemos impor uma proposta de formação que visasse uma centralização universitária e uma pretensão regulamentar. O risco de imposturas pela via de uma autorização e regulamentação estatal aponta para a dissolução de uma comunidade cuja característica maior é – e pensamos que deva continuar sendo – a pluralidade. Mas não é fortuito que o mesmo governo de Estado que endossa invasões em terras indígenas e se omite frente ao assassinato de povos originários, na figura do Ministério da Educação (MEC), tenha passado sua canetada sem qualquer consulta à comunidade de psicanalistas.

Vale lembrar que a Uninter, a instituição de ensino superior que propôs um bacharelado totalmente online, teve na figura de seu maior dono um importante papel no financiamento da campanha do atual presidente da República. O aparelhamento do MEC precisa ser pautado no debate sobre essa canetada. Temos um sério problema de uma proposta de formação que, ao passar por cima de uma comunidade, começa a se impor como um poder legítimo de bacharelar uma formação pensada sob outro paradigma, o que aponta para o desvirtuamento da própria práxis psicanalítica. Daí ser uma proposta fraudulenta, que faz uso oportunista do termo psicanálise.

Nesse sentido, pensamos ser importante reconhecer e acompanhar o movimento que há 20 anos discute esses assuntos. A Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, composta por membros(as) representantes de diferentes entidades psicanalíticas nacionais e internacionais, tem como objetivo assegurar que a psicanálise não seja regulamentada pelo Estado nem capturada por grupos evangélicos.

Esperamos ter dado notícia de alguns impasses sobre a formação em psicanálise e a proposta equivocada dessa graduação. Quisemos apontar alguns problemas em nossos espaços de formação, especialmente em termos do acesso à sua base, que é a experiência de uma análise. Isso não quer dizer que analistas devam trabalhar de graça – conforme a lógica capitalista da filantropia ou da caridade cristã –, tamponando as lacunas das políticas sociais do Estado (Marino & Coaracy, 2019).

Psicanalistas vivem neste mesmo mundo onde se paga para comer, morar, vestir, transitar e custear sua contínua formação. A proposta de mais

um curso pago e com aspiração universitária – literal e metaforicamente – apenas reforça nossas conhecidas desigualdades sociais. O que se denuncia é como o mercado tem buscado se apropriar da psicanálise para torná-la mais um produto capturado pelo sistema capitalista – aquele que quer transformar qualquer coisa em objeto mercadológico.

Sobre el acceso a la formación psicoanalítica

Resumen: En este trabajo se busca elegir algunos puntos con respecto al tema de la ampliación del acceso a la formación psicoanalítica, habiendo como disparador la reciente propuesta de una carrera de grado en una institución privada de enseñanza superior en Brasil. Abordamos el lastre elitista del psicoanálisis como espacio para iniciativas oportunistas que visan apropiarse del psicoanálisis en el seno de un mercado educativo. Subrayamos que el trípode a ser contemplado involucra la mediación del pago en efectivo y, de este modo, la importancia de políticas de acceso en los espacios tradicionales de formación e iniciativas públicas de tratamiento. Trabajamos cuestiones alrededor de las interseccionalidades, de los entresijos del lenguaje, de la implicación subjetiva y la creencia en torno a la universalidad de una terapia como modo de producción de salud mental pública.

Palabras clave: acceso, elitismo, formación psicoanalítica, mercado de enseñanza

About the access to the psychoanalytic training

Abstract: In this paper, we seek to list some points on the theme of expanding the access to psychoanalytic training, having as a trigger the recent proposal for a degree in psychoanalysis in a private institution of higher education in the country. We approach the elitist precedent of psychoanalysis as a gap for current opportunistic initiatives that aim to appropriate psychoanalysis amidst the education market. We emphasize that the tripod to be considered in psychoanalytic training involves payment in cash and, thus, we emphasize the importance of policies of access and permanence in traditional training spaces and public treatment initiatives. We go through issues regarding Brazilian social class inequalities, in an intersectional logic, which adds barriers in terms of language, subjective implication, and the belief around the universalization of any specific kind of therapy as a form of public mental health production.

Keywords: access, elitism, psychoanalytic training, education market

À propos de l'accès à la formation psychanalytique

Résumé : Dans ce travail, nous cherchons à énumérer quelques points concernant le thème de l'élargissement de l'accès à la formation psychanalytique, ayant comme

déclencheur la récente proposition d'un diplôme en psychanalyse dans un établissement privé d'enseignement supérieur du pays. Nous abordons le lest élitiste de la psychanalyse comme une porte pour les initiatives opportunistes actuelles qui visent à s'appropriar la psychanalyse au sein d'un marché de l'enseignement. Nous soulignons que le trépied à considérer dans la formation psychanalytique implique le paiement en espèces et, de cette manière, nous soulignons l'importance de politiques d'accès et de permanence dans les espaces de formation traditionnels et les initiatives de traitement publiques. Dans une logique intersectionnelle, nous travaillons les questions autour des inégalités de classes sociales, en plus des entraves en termes de langage, de l'implication subjective et de la croyance autour de l'universalisation d'une thérapie en tant que forme de production de santé mentale publique.

Mots-clés : accès, élitisme, formation psychanalytique, marché de l'enseignement

Referências

- Alberti, S., Amendoeira, W., Lannes, E., Lopes, A. & Rocha, E. (Orgs.). (2009). *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*. Casa do Psicólogo.
- Alvarenga, D. (2021, 22 de novembro). *Brasil tem a 4ª maior taxa de desemprego do mundo, aponta ranking com 44 países*. G1. <http://glo.bo/3xfgU9m>
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social: 1918-1938* (M. Goldszajn, Trad.). Perspectiva.
- Ferreira, G. C. S. (2019). A questão da causa e a não regulamentação. In A. M. Sigal, B. Conte & S. Assad (Orgs.), *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise* (pp. 53-57). Escuta.
- Freud, S. (2010). Introdução à psicanálise das neuroses de guerra. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 14, pp. 382-388). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 17, pp. 124-230). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 223-244.
- Marino, A. S. (2020). A psicanálise nas políticas públicas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 23(2), 2-11. <https://bit.ly/3QPr1DX>
- Marino, A. S. & Coaracy, A. C. (2019). Psicanálise na Praça Roosevelt: formulações sobre uma experiência. *Lacuna: Uma Revista de Psicanálise*, 8. <https://bit.ly/3RRGYdB>
- Psicanalistas Unidos pela Democracia. (2022, 12 de março). *A formação em psicanálise: democratizar não é mercantilizar* [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3BxPdWQ>
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). Companhia de Bolso.
- Trindade, E. (2022, 20 de maio). A decadência do ensino superior. *Le Monde Diplomatique*. <https://bit.ly/3U5n68z>
- Veloso, R. (2022, 12 de abril). Um bonde chamado privilégio do desejo ou meritocracia do desejar. *Boletim Online do Instituto Sedes Sapientiae*, 62. <https://bit.ly/3L3Bk5Y>

Recebido em 25/7/2022, aceito em 1/9/2022

Adriana Simões Marino
adrianamarino@usp.br

Augusto Ribeiro Coaracy Neto
augustocoaracy@gmail.com

Érico Andrade
ericoandrade@gmail.com